

Continuação

Seguro de Vida	7.836,64	6.036,03
Uniformes	-	103.570,19
Vale Refeição	-	20.735,00
Vale Transporte	332.164,63	299.071,84
Cestas de Natal para Funcionários	75.692,00	-
Contribuições ao FGTS	2.992.458,22	2.590.997,77
36.168.723,04	31.424.067,52	
16. Serviços Terceirizados	2022	2021
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	21.764.094,95	20.342.869,69
Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas	2.891.527,71	4.874.103,95
	24.655.622,66	25.216.973,64
17. Medicamentos e Materiais de Consumo	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	6.260.007,23	2.008.102,56
Materiais de Consumo	2.338.467,40	422.637,27
Materiais de Conservação	119.889,46	367.710,40
Outros Materiais e Insumos	344.888,28	7.909.005,05
	9.063.252,37	10.707.455,28
18. Despesas Gerais	2022	2021
Contas de Consumo	1.596.916,90	1.697.892,21
Aluguéis de Imóveis, Equip. e Materiais	-	-
Hospitalares	2.189.994,75	1.971.509,12
Administrativas	1.312.407,35	1.118.925,33
Bens Não Imobilizados	169.587,30	72.645,49
Reformas e Benefetórias	-	44.159,04
Outras Despesas Gerais	249.605,99	163.246,00
	5.518.512,29	5.068.377,19

19. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada

a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **20. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **21. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **22. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais

usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 8.474.750,54 e do ano de 2021 foi de R\$ 6.850.417,53 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2022	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(8.474.750,54)	(6.850.417,53)
(-) Custo da Isenção Usufruída	8.474.750,54	6.850.417,53
Isenção Usufruída	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação. **23. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Francisco Morato (SP), 31 de dezembro de 2022.

Natalia Ferreira da Silva - Gerente Administrativa

Rita de Fátima Cardoso de Souza - Coordenadora Financeira - CRC nº SP291260/O-6

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Estadual De Francisco Morato - "Profº Carlos da Silva Lacaz", que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital Estadual de Francisco Morato "Profº Carlos da Silva Lacaz", vem apresentando déficits consecutivos nos últimos exercícios, resultando na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo"; esse evento ou condição indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional deste contrato. **Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.** **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, - 29 de março de 2023. - Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP - 024298/O-3 - **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

Relatório - Gestão em Saúde - Relatório - Contratado X Realizado - Hospital Estadual de Francisco Morato - Período: de 01 até 12/2022

Consultas Médicas	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	720	953	720	1353	1440	2306	160%
Interconsultas	300	1269	300	1088	600	2357	393%
Consultas Subseqüentes	1380	2475	1380	2560	2760	5035	182%
Total	2400	4697	2400	5001	4800	9698	202%
Atendimentos	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Urgência e Emergência	9000	8421	9000	7127	18000	15548	86%
Total	9000	8421	9000	7127	18000	15548	86%
SADT Externo	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Endoscopia	1800	1479	1800	1473	3600	2952	82%
Tomografia	1500	1996	1500	2204	3000	4200	140%
Ultrassonografia	1200	972	1200	917	2400	1889	79%
Total	4500	4447	4500	4594	9000	9041	100%

Saídas Clínicas	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Clinica Médica	360	591	360	595	720	1186	165%
Obstetrícia	1380	1328	1380	889	2760	2217	80%
Pediatria	426	451	426	366	852	817	96%
Total	2166	2370	2166	1850	4332	4220	97%
Clinica Cirúrgica	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Eletiva	720	691	720	757	1440	1448	101%
Urgência	48	91	48	66	96	157	164%
Total	768	782	768	823	1536	1605	104%

